

1968: FRANÇA, MAIO E NÓS – CINQUENTA ANOS DEPOIS

Ivan Domingues
Universidade Federal de Minas Gerais
domingues.ivan3@gmail.com

RESUMO *O artigo visa reconstituir as grandes linhas do maio de 68 francês e suas repercussões no Brasil, depois de passados exatos cinquenta anos. Quatro são os tópicos recobertos: [i] buscar o embasamento do grande sismo no interior do próprio movimento, numa análise contextual voltada tanto para os entes coletivos diretamente ligados ao grande acontecimento (coletivo 22 de março, etc.), quanto para suas lideranças e sua liderança incontestes: Cohn-Bendit; [ii] recensear as principais interpretações fornecidas pela intelectualidade francesa, ao perguntar pelo sentido ou o significado do mês famoso, a exemplo de Morin, Castoriadis, Lefort, Aron e outros; [iii] indagar pelas implicações filosóficas do ano de 1968, na linha de John Searle em *The Campus War*, tendo por foco Berkeley, o 68 norte-americano e a Califórnia, bem como, no tocante à Paris e à intelligentsia francesa, na linha p.ex. de Alain Renault e Luc-Ferry em *O pensamento de 68*, e no mesmo passo inquirir o que a filosofia poderia dizer sobre 1968 e o maio famoso; [iv] e perguntar como 68 me interpela ontem, nos anos 70, quando estudante na velha FAFICH, na Rua Carangola, e hoje, 50 anos depois, frente à pergunta qual é o 68 que venceu: o de Berkeley e da Califórnia; o da França e de Paris.*

Palavras-chave *maio de 68 na França, contexto do grande sismo, principais linhas interpretativas, implicações filosóficas, comparação com o 68 norte-americano, legados do maio francês, repercussões no Brasil, maio de 68 cinquenta anos depois.*

ABSTRACT *The paper aims at reconstructing the great lines of France May 68 and their repercussions on Brazil during these fifty years. The four topics discussed are (i) to search for the big quake in the core of the movement, through a contextual analysis that's turned towards collective groups directly linked to the big event (22nd March Collective) as well as to turn to their own leaderships and their undisputed leader: Cohn-Bendit; (ii) to map the main interpretations supplied by French intellectuals, when asked about the sense or meaning of the famous month, like Morin, Castoriadis, Lefort, Aron and so on; (iii) to enquire about the philosophical implications of the year 1968, like in John Searle's thoughts in *The Campus War*, focusing on Berkeley, North Americans 68 and California, as well as Paris and the French intelligentsia, in the line of e.g. Alain Renault & Luc Ferry in *La Pensée 68*, and at the same time searching which Philosophy could tell about 68 and the famous month; (iv) and to ask how 1968 issues challenged me in the 70's when I was a student at the old FAFICH Carangola Street, and today, fifty years after, faced with the question of who the winner was: just Berkeley, California or Paris, France?*

Keywords *may 1968 in France, big quake context, main interpretation lines, philosophical implications, comparison with North American 68; french may 68 legacies, repercussions on Brazil, may 68 fifty years after.*

É com grande prazer que compartilho esta mesa com João Carlos Brum Torres, para tratar de um assunto que me é especialmente caro: o ano de 1968, o ano que não terminou, segundo Zuenir Ventura. Não terminou justamente para nós brasileiros, ao dar o título ao seu influente livro publicado 20 anos depois, em 1989, ao evocar os anos de chumbo, dando ensejo a um segundo livro, que veio a lume em 2009, passados quarenta anos, com o título *1968: O que fizemos de nós*. Passada mais uma década, não acabou ainda para os brasileiros de hoje – eu acrescentaria –, nas vésperas dos cinquenta anos do AI-5, baixado no dia 13 de dezembro, e numa sexta-feira, com todo o simbolismo de mau-augúrio que a reunião do número e do dia nos traz. Desta vez renunciando no horizonte que se avizinha, se não novos anos de chumbo, posto que não estamos em plena ditadura, ao menos anos sombrios, como muitos vêm dizendo: agora, depois das eleições, como triste desenlace da democracia e dos trinta anos da Constituição de 1988, não mais com as botas, os tanques e as masmorras da ditadura ameaçando e amordaçando todos nós, mas com as mordanças e o novo

fundamentalismo neopentecostal já na esquina, prestes a ocupar o MEC. De resto, não exatamente afro-americano, como acreditavam Deleuze e Guattari e externado em excelente artigo publicado em 2007 sobre maio, ao qual vou voltar na sequência, mas fundamentalismo de todo jeito – e de extrema-direita – e, como os outros fundamentalismos, muçulmano, como o do Irã, ou não, o anti-68 por excelência.

Contudo, não é o Brasil que será o assunto de nossa mesa, embora continue em nossas mentes desde a mesa de ontem à tarde, já estivesse presente antes e certamente vá continuar depois, mas a França e o mês icônico, com seu alcance político e seu valor simbólico extraordinário: Maio, não o mês sozinho ou em sua inteireza, porém com suas duas ou três datas ultradensas sempre evocadas mais sua semana gloriosa e até hoje lembrada como única e inesquecível, quando ninguém dormiu, conforme lembra Edgar Morin em *1968 – A brecha*, numa obra em parceria com Lefort e Castoriadis, ampliada, traduzida e (re) publicada pela Perseu Abramo em 2018. Tudo isso teve lugar, segundo Morin, em meio a discussões febris, questionando tudo e deixando tudo de ponta-cabeça, bem como num ambiente de rara descontração e de queda de barreiras, quando as pessoas *se tutoyaint* [se tratavam por tu, ou seja, informalmente, como se todo mundo fosse íntimo e o você entre nós], os *chauffers* davam carona a todo mundo e o povo solícito congregava nas ruas: sem as reservas habituais e a *mise-à-distance* conhecida dos franceses e dos parisienses com seu famoso mau-humor. E, no mesmo compasso, junto com o mês, a cascata de acontecimentos que se lhe seguiu, acarretando um verdadeiro terremoto, com o país parado, assistindo a tudo perplexo, as barricadas compostas de *pavés* [pedras de calçadas] arrancados das ruas, os carros revirados no *Quartier Latin*, a Sorbonne e Nanterre ocupadas, a greve geral com dez milhões de paredistas e o governo acéfalo e De Gaulle exilado numa embaixada na Alemanha.

Ao repassar em minha mente este grande acontecimento, constituído de uma multidão de pequenos acontecimentos que foi o maio de 68 francês, para não ser esmagado pela formidável cascata de eventos, ou não me ver desencorajado por eles, em seu formigamento, junto com a necessidade de introduzir um ou mais recortes, ao segmentar e distinguir as esferas – econômica, social, política, estudantil e cultural –, fui levado também a ampliar o foco e a estender as comparações: especificamente, frente à necessidade de considerar o ano e não mais o mês, ou só o mês, assim como os anos que o precederam e aqueles que o sucederam, em busca dos nexos causais junto com a rede dos efeitos, e, ainda, a comparação com outros países, como os Estados Unidos e o Brasil.

A consideração óbvia é que o tempo forte do ano famoso no Brasil, como já ressaltado, não é o mês de maio, mas dezembro e o dia 13 tenebroso,

podendo ser acrescentados ainda o mês de outubro, quando ocorreu o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, no interior de São Paulo, que terminou com 800 jovens presos, e o dia 26 de junho, nas proximidades do mês famoso e emulado por ele, quando ocorreu a famosa passeata dos cem mil, no Rio de Janeiro: um mega-acontecimento com a participação de estudantes, professores e artistas, em reação à morte do secundarista Edson Luís, que estava no meio das manifestações contra o aumento do preço do bandejão, no restaurante universitário Calabouço da UFRJ, e foi fulminado com um tiro no peito pelas forças da ditadura. Ao ser comparado com os Estados Unidos, deixando de lado os meses, o tempo forte ou o ano especial é 1963, quando ocorre a revolta estudantil de Berkeley, com sua agenda específica e norte-americana, a saber: o movimento pró-direito civis dos afrodescendentes, o movimento pacifista contra a guerra do Vietnam e ainda contra a autoridade e o autoritarismo das universidades e das famílias do país dos ianques – tópicos de máxima importância rivalizando com o maio francês, como notou Edgar Morin, onde vamos encontrar lado a lado a agenda política e a agenda cultural, conhecida depois como contracultura, com a liberalização dos costumes na linha de frente e que depois iria alcançar todo o globo. Então, concluindo, 68 são vários e cada qual deverá ser contextualizado e perspectivado, considerando os anos e os acontecimentos antecedentes, bem como os anos e os acontecimentos subsequentes.

Para sorte minha, no caso da França, eu fui largamente facilitado pela existência de uma vasta literatura recobrando o ano famoso, assim como o antes e o depois, e mesmo bem depois, acarretando a necessidade de selecionar e fazer a triagem dos materiais a se avolumarem mais e mais ao longo das décadas, e, paralelamente, aliviando um pouco meu desconforto pessoal, ao tratar do assunto, frente a duas inconveniências. Por um lado, a inconveniência de um brasileiro enfiando sua colher torta e dando palpite sobre um assunto que ele não tem familiaridade e não viveu diretamente; porém, outros viveram e compartilharam a sua experiência, permitindo que outros e de outros pontos do globo retomem essas vivências e análises, como no meu caso. Por outro lado, a inconveniência de alguém vivendo no outro lado do grande oceano e, nesta circunstância, no *là-bas*, na parte de baixo do Equador, longe das bibliotecas e dos centros de documentações franceses, com o propósito de escrever sobre esses assuntos e sem as comodidades ou facilidades dos franceses – remediada a inconveniência outrora invencível, como nos meus tempos de PhD em Paris, quando tudo era feito presencialmente e *in locu*, e agora facilitada pela revolução digital e graças à Web, ainda que não cobrindo tudo e muita coisa ainda esteja arquivada nos acervos do hexágono, como a França é conhecida e

referida pelos franceses. Contudo, houve como remediar as coisas e minimizar as inconveniências, como o livro de coautoria, de Edgar Morin, já referido, e os livros-depoimento, de Cohn-Bendit, que esteve à testa dos acontecimentos e voltou aos mesmos em mais de uma ocasião.

Passando à estratégia e aos recortes, ao reconstituir o maio de 68 francês, ao perguntar por sua alma ou por seu *esprit*, eu tratei de delinear quatro diretrizes ou *legs* argumentativas, como dizem os anglofônicos, ou antes quatro *volets*, como preferem os franceses, em alusão à janela e ao ângulo de abertura ou à porta de entrada:

[1] Buscar o embasamento do grande sismo ou da eclosão do acontecimento no interior do próprio movimento, numa análise contextual e imanente, vazada na perspectiva dos protagonistas e dos atores de maio, e com esse propósito, na impossibilidade de retrair tudo, ao menos descrever as ações de um dos entes coletivos diretamente ligados ao evento maior, em que se reconhece o protagonismo, assim como as ações de uma de suas lideranças ou de sua liderança incontestada, se é que existe uma: Cohn-Bendit, no caso;

[2] Recensurar as principais interpretações ou, ao menos, sem poder devassar-lhes as nuances e os conteúdos, ao considerar as visões dos protagonistas, cuidar de mapear as principais linhas interpretativas, uma e outra vertentes ao perguntar pelo sentido ou o significado do mês famoso – e isto tanto ao perguntar por aquelas linhas moldadas no calor dos acontecimentos por observadores e testemunhos privilegiados, e não necessária e diretamente pelos protagonistas, mas pelos intelectuais e estudiosos, quanto por aquelas linhas revisadas e acrescidas por outras abordagens mais tarde, ao longo do tempo;

[3] Inquirir ou indagar pelas implicações filosóficas do ano de 1968, na linha de John Searle em seu instigante livro tendo por foco Berkeley, o 68 norte-americano e os anos precedentes na Califórnia – estou me referindo à obra *The Campus War*, publicada em 1971 – e ainda na linha de Alain Renault e Luc-Ferry, p. ex., que dedicaram ao ano um livro com o mesmo título: *O pensamento de 68*, publicado em 1985, e no mesmo compasso perguntar o que a filosofia poderia dizer sobre 1968 e, em se tratando da França, pelo maio famoso;

[4] E, concluindo, perguntar como 68 me interpela, ontem, quando eu era estudante na velha FAFICH, na Rua Carangola, e hoje, 50 anos depois, frente à pergunta qual é o 68 que venceu: o de Berkeley e da Califórnia; o da França e de Paris.

Sobre o embasamento de maio de 68, ao perguntar pelo aguilhão que deflagrou tudo, ou por seu estopim ou ainda pela gota d'água, e, ainda, ao indagar por seus grandes protagonistas, individuais e coletivos, a julgar por Morin e outros estudiosos, eles deveriam ser procurados em Nanterre e eles

seriam dois. Numa vertente, o coletivo 22 de março, uma organização de ultraesquerda criada no mesmo ano, na véspera dos acontecimentos, e composta por anarquistas, trotskistas, maoístas e os chamados situacionistas, menos conhecidos e em ruptura com todos eles, tendo criado uma outra Internacional, a Internacional Situacionista e inspirada na *Sociedade de espetáculo* de Guy Debord. Já a liderança, parece não haver dúvida de que o nome indisputado, embora ele se declinasse o tempo todo, é o judeu franco-alemão Daniel Cohn-Bendit, citado por todo mundo e num verdadeiro ícone, a quem vou me reportar daqui a pouco.

Voltando ao coletivo 22 de março não consegui ir mais longe em minhas investigações, em grande parte por falta de tempo e por não morar em Paris. Sabe-se, no entanto, que o seu papel foi essencial e que o grupo estava de costas para a esquerda oficial, como o PCF na França, e os sindicatos estudantis e operários, como a CGT e a MNEF, em sua maioria braços do PCF e do PS. Sabe-se também que o gatilho do movimento em Nanterre foi a repressão brutal que caiu sobre o movimento no contexto de suas manifestações contra o autoritarismo absurdo das instituições francesas universitárias, totalmente obtusas e medievais, como se dizia na época, e cuja face talvez mais saliente fosse a separação de dormitórios entre rapazes e moças e a interdição de uns visitarem os quartos das outras e vice-versa. Contudo, não pude apurar mais do que isso, porque em regra os registros são ultraideológicos e arquipolitizados, quase nada dizendo sobre os usos, os quotidianos e os costumes.

Porém, nem tudo estava perdido e ao aprofundar as pesquisas eu me deparei com o documento essencial de 25 p., publicado em 1966, sob os auspícios da UNE francesa, e vindo a lume por estudantes da Universidade de Strasbourg, localizada na cidade de igual nome, ao norte da França, perto da fronteira com a Alemanha. O título do documento é meio espichado, havendo o principal *Da miséria no meio estudantil* e o subtítulo que o acompanha “Considerada sob seus aspectos econômico, político, psicológico, sexual e notadamente intelectual, e alguns meios para remediá-la”, ou seja, para remediar a miséria em suas diferentes faces, não só econômica. Terminando a descrição do documento, assinala-se que ele se divide em três partes ou seções:

[1] “Tornando a vergonha ainda mais vergonhosa, trazendo-a à publicidade”, ao longo da qual se fala de tudo um pouco acerca da vida estudantil, vida sem nenhum *glamour* e atrativo, numa universidade retrógada e aburguesada, funcionalmente organizada para preparar os escalões técnicos da sociedade, e desdenhosamente referidos como *petits cadres* pelo documento. Tudo muito ruim, em suma, somando-se à vida de pobreza material a que está condenado o estudante, ganhando menos do que um salário mínimo em suas bolsas de

estudo e mesadas das famílias, a falta de perspectiva e a total desolação nos outros planos da existência, não havendo nem mesmo a boemia tão decantada e a alegria natural da idade, e tudo terminando no mais total dos tradicionalismos, e mesmo em matéria de sexo, racionado e mediocrizado: aqui, nesta seção, nenhum mestre pensador é poupado, nem “Lapassade, ce con”, nem Althusser, nem Lévi-Strauss e nem mesmo Sartre, que era um ícone das esquerdas e nos acontecimentos de maio, como na Sorbonne ocupada, sempre buscara a interlocução com os estudantes.

[2] “Não é suficiente que o pensamento busque sua realização, é necessário que a realidade busque o pensamento”, é o título da seção seguinte, onde prevalece a tradicional análise da conjuntura e da situação mundial da revolução planetária, com ataques e críticas por todos os lados: ao capitalismo das sociedades superdesenvolvidas, contra a União Soviética e ao capitalismo burocrático de Estado, bem como à China, à Mao e à revolução cultural, além de críticas e ataques a um sem-número de grupúsculos e organizações de esquerda, nomeados e atacados um a um, e só salvando os ditos movimentos situacionistas, cuja análise em filigrana denota sua simpatia por Rosa de Luxemburgo, os espartaquistas alemães e Guy Debord;

[3] “Criar enfim a situação que torne impossível toda volta para trás”, é o título da terceira seção, e eis que estamos no cerne da justificação do nome do grupo e de sua Internacional, mais a sua agenda política de revolução total, de crítica total e da proposta de criar o homem total e o novo humanismo, um humanismo total ou integral, fazendo lembrar Emmanuel Mounier e o personalismo, mas não tendo nada de cristão – uma agenda radical e fantasiosa, alinhada ao proletariado urbano como o grande agente da revolução, tendo como meio ou ferramenta a auto-gestão e os verdadeiros soviets ou conselhos de fábricas: estes serão pois os remédios e os meios para a vida miserável e cinzenta de todo mundo e dos estudantes, com as últimas linhas do documento falando de festa, de festa revolucionária, de jogo e do lúdico, ao dizer que “o jogo é a racionalidade última desta festa, viver sem tempo morto e gozar sem entraves, são as únicas regras que o proletariado poderá reconhecer”. E, desde logo, ficando justificado o rótulo de esquerda festiva – poder-se-ia dizer, boêmia, hedonista e reichiana, não exatamente freudiana, ao se haver com a questão da sexualidade –, cujo traço ou caráter vai marcar uma das vertentes mais salientes do maio de 68 francês e pelo mundo afora, inclusive no Brasil.

Terminando a análise do documento, acrescento que eu não escondo minha frustração ao me deparar que a promessa de retratar a miséria dos costumes e sexuais consistiu numa única citação de W. Reich, referido como “este excelente educador dos jovens” e remetendo o leitor aos seus *A luta sexual dos jovens* e

A função do orgasmo, colimando com a crítica corrosiva aos pseudoliberalados, aludidos como os “originais”, que de originais não têm nada, nem de diferentes, e de fato apresentam em seus comportamentos erótico-sexuais os mesmos padrões conservadores das relações intersexuais das sociedades tradicionais. Convenhamos, tudo isso é muito instigante e dá muito o que pensar, mas, por mais que procuremos alguma coisa, como um relatório Hite sobre a sexualidade feminina, publicado em 1942, e que causou tanto furor, ou um relatório de psicologia de grupo sem distinção de gênero e, melhor ainda, não vamos encontrá-lo nunca – e por isso mesmo, ficando do documento francês que estou a examinar, apenas algo sugestivo e pitoresco, num momento conturbado da história da universidade francesa, onde a revolução sexual e dos costumes, que certamente ocorreu e evidências não faltam, dependeu do empuxo de outras correntes e matrizes culturais, e antes de tudo californianas.

Contudo, as coisas melhoram e muito no plano político, como eu vim a descobrir em minhas pesquisas sobre a matéria, ao descobrir a forte presença situacionista na cena francesa, para além da cidade de Strasbourg e dos muros da Universidade. De resto, em pleno 68, em Paris e em outras localidades, dando uma ideia de influência nacional efetiva, em pelo menos duas ocasiões-chave, ao difundir aos quatro cantos o ideário da auto-gestão e dos conselhos de fábrica, também chamados de conselhos operários: na greve geral de 1968, ao lançar o apelo da greve geral na Sorbonne, ocupada no dia 16 de maio; em inúmeros *tracts* ou panfletos incitando a ocupação da Sorbonne, bem como e mais ainda as ocupações das fábricas de aviação na cidade de Nantes, que está na origem da greve geral e que, de repente, num relâmpago, se estendeu ao conjunto da França, ao atingir o patamar nunca visto de 10 milhões de grevistas.

É ocioso dizer que, muito embora não se possa dizer que a greve geral tenha sido uma obra exclusiva do coletivo Situacionista, seu papel foi essencial, com Guy Debord servindo de farol, e tendo seu papel na cena francesa sido paulatinamente diminuído com o refluxo de maio, com a organização se extinguindo em 1972, quando a França já tinha entrado em outro momento de sua história, com maio derrotado e a vitória dos gaullistas: aliás, derrotado bem antes, no início das férias de verão, com as hordas de franceses no mês de agosto, em seus carros, indo para as praias da Côte D’Azur, do sul da Espanha e de outros países mediterrâneos, na parte meridional da Europa, e não muito diferente do que eles faziam todos os anos, antes, e como continuarão a fazer, depois.

Sobre os indivíduos, para concluir, como lembrado, o grande nome e cérebro é Cohn-Bendit, que era ligado não ao movimento situacionista, mas ao grupo 22 de março, fazia sociologia em Nanterre e foi expulso pelo governo

francês, passando uns tempos no exílio, na Alemanha. E, como é sabido, com direito a uma volta triunfal, ao chegar a Paris em meio à França de ponta-cabeça e encandecida, e a quem, como prometido, vou voltar daqui a pouco, ao tratar das interpretações de maio, e entre estas, em dois momentos diferentes, as de Cohn-Bendit.

Passando às linhas interpretativas, ao considerar o contexto mais amplo em que se inscreve o 68 francês, acarretando o transbordamento do movimento da universidade em direção à sociedade, como ressaltam os estudiosos, a França estava em plenos 30 anos gloriosos – em francês, “Les trente glorieuses” –, iniciados depois da segunda grande guerra e só terminando em meados dos anos 70, devido à crise do petróleo em 1973 e aprofundada em 1979.

O ponto é que ninguém esperava uma crise com a escala e a dramaticidade de maio de 68, em meio a uma França mais rica e mais aburguesada, com a classe operária acomodada e todo mundo sonhando e usufruindo as delícias da sociedade de consumo. E eis que, de repente, sem que ninguém esperasse, sobrevém o maio fatídico, em plena primavera e o país sorridente, e, junto com o maio, o grande abalo sísmico e o país de joelhos frente aos estudantes. Como os *révolutionnaires* de 1789, depois da tomada da Bastilha, os estudantes de 1968 se quisessem tomar o poder teriam-no feito com um piscar de olhos, ao subirem a Avenida Champs-Élysées, margeando a sede do governo completamente acéfala, mas preferiram seguir adiante, até chegar ao Arco do Triunfo: ponto alto das datas festivas e das celebrações francesas, onde os estudantes *enragés*, como eram conhecidos seus segmentos ultrarradicais, cantaram a Internacional, não a Marselhesa e, ato contínuo, fincaram suas bandeiras vermelhas comunistas e suas bandeiras pretas anarquistas.

Ora, não tendo um fundamento econômico, ao desafiar os esquemas do marxismo ortodoxo, e mais ainda no contexto de uma França em plenos “Trinta anos gloriosos”, conforme foi lembrado, o decisivo ao interpretar os acontecimentos que temos em mente é que os movimentos, as revoltas e mais ainda as revoluções associadas ao ano de 1968 – e, mais precisamente ainda, ao mês de maio de 1968 – são antes de tudo um fenômeno geracional com uma mensagem social e mais ainda cultural. Ou seja: como notou Edgar Morin, o fenômeno de uma geração de estudantes e de jovens de uma ponta a outra – portanto, em sua essência, um movimento juvenil, como nenhum outro em outras épocas –, transcorrido em várias localidades do globo, com seu significado próprio e variando segundo os diferentes contextos, ao contrastar, p. ex., a França, o Brasil, os Estados Unidos e a Alemanha.

Na França, tendo por ícone o mês famoso, os *affiches* [cartazes] desabusados e as barricadas do *Quartier Latin*, com seu componente anárquico

e descentralizado, contra tudo e contra todos, em suas quatro vertentes: contra o capitalismo, contra o consumismo ou a sociedade de consumo, contra a família e as instituições tradicionais, e contra o imperialismo americano – tudo tendo começado na Universidade de Nanterre, na região parisiense, quando os estudantes se insurgiram contra o interdito de homens e mulheres compartilharem dormitórios, ou melhor dizendo, a proibição de os rapazes irem aos dormitórios das moças, como registrou Ricoeur, e tudo terminando com Paris incendiada e as forças da ordem só habilitadas a retomar o controle da situação, finda a greve geral, ao desocuparem Nanterre e a Sorbonne, dois meses depois.

Ora, não muito diferente foi a situação da Alemanha, porém sem o transbordamento francês e a aliança operário-estudantil, ao se determinar antes de tudo como um movimento estudantil e suas três frentes contra a autoridade e o autoritarismo: na família, na universidade e na sociedade, mas numa escala significativamente menor e bem menos dramática do que no outro lado do Reno. Contudo, além de Berlim e Frankfurt, em sua vertente exclusivamente estudantil, tendo como principal alvo Adorno à testa da Escola famosa, o estudioso do maio alemão deverá haver-se também, se não com seu transbordamento político para toda a sociedade, ao menos com seu componente terrorista e ultraradical – ultraradical de esquerda, bem entendido, como o grupo Baader-Meinhof, que insurgiu na cena alemã no final dos anos sessenta e início dos anos setenta; segundo consta, como grupo, saído do movimento estudantil e das comunas de jovens da década de sessenta, e, como tal, em suas ações, sem paralelo com a França e sem jamais ter atingido toda a sociedade.

Por seu turno, não menos influente do que a França – e talvez até mesmo mais emblemático em certos aspectos quanto ao seu alcance e significado, datada a eclosão do movimento de ao menos três anos antes –, ao cruzar o Atlântico e já nas bordas do Pacífico, é o caso dos Estados Unidos e da Universidade de Berkeley, na Califórnia. Diferentemente da França e da Alemanha, havendo a adesão de professores, mas, antes de tudo, por iniciativa dos estudantes, o movimento de contestação provocou um verdadeiro terremoto naquelas paragens, ao empunhar a bandeira do antiautoritarismo da universidade tradicional com sua estrutura antiquada e paternalista. De resto, não só em Berkeley, mas por toda a parte, com as autoridades e os professores fazendo as vezes da autoridade paterna e da família, ao condenar os alunos ao silêncio, e cuja resultante, em resistência a esse estado de coisas, vai ser o famoso “Free Speech Movement” [Movimento de liberdade de expressão]: segundo consta, o maio de 68 francês se inspirou no *Free speech* de Berkeley que iria ganhar todos os Estados Unidos, ao aliar o movimento pró-direitos civis dos negros,

encabeçado por Martin Luther King, morto em 04 de abril de 1968, com os movimentos civis contra a guerra do Vietnã, que só iria terminar em 1978. Tudo isso teve lugar, somado aos movimentos de contracultura espalhados pela Califórnia e depois aos outros cantos da América do Norte, tendo como epicentro São Francisco, com os movimentos *hippies*, precedidos dos *beatniks*, passando pela estreia da peça *Hair*, na Broadway, em abril de 1968, na *Big Apple*, e culminando com a realização do famoso festival de Woodstock, em agosto de 1969, nas cercanias de Bethel, no Estado de Nova York. Então, de uma costa a outra, era todo um país tomado pela contracultura e a contestação, e como nunca visto antes.

No Brasil, diferentemente, a agenda do ano de 1968 foi por demais carregada pela pauta política da resistência contra a ditadura, resistência armada nos anos setenta, e a que se somou a deriva do revolucionamento dos costumes, como mostra Zuenir em seu livro essencial e com o qual, aliás, o inicia.

Daí a minha afirmação de que o movimento de maio de 1968 e seus congêneres de antes e de depois têm um triplo significado juvenil, estudantil e cultural. Daí também, visando uma perspectiva mais ampla, já com os membros do movimento mais envelhecidos, a afirmação de que o seu legado principal é antes de tudo cultural, com forte incidência sobre os costumes, para além do seu significado social, econômico e político: afinal, as estruturas tradicionais venceram; De Gaulle voltou ao poder na França em junho e só foi afastado no ano seguinte, continuando porém o gaullismo; a guerra do Vietnã acabou, mas antes Nixon ganhou as eleições e o imperialismo americano continuou vivo e arrasador; e a sociedade de consumo ganhou os quatro cantos do globo, como é sabido.

Sobre a alma de 68 ou do indivíduo com a alma 68 – a gente diz em bom português “meia oito”, ao passo que os franceses preferem “soixante-huitard” (em tradução livre: geração 68) –, em que se pode ver em seu movimento incessante e em seu espírito profundo a inquietude e a insatisfação contínua de toda uma geração, poder-se-ia dizer com um dos líderes que estiveram à testa do maio de 68 francês à frente das barricadas do *Quartier Latin* de Paris, Daniel Cohn-Bendit, que “o espírito de 68 é o desejo de liberdade”. Penso que é um bom caminho para entender a coisa e talvez melhor do que o espírito de contestação, em regra associado à adolescência e à idade da revolta. A condição é a gente não se deixar prender ao que fez depois Cohn-Bendit, que era um verdadeiro ícone, tendo escrito o instigante *Nós que amávamos tanto a revolução*, em 1988, e que, passadas duas décadas, em 2008, irá publicar para decepção de todos nós *Esquecer maio de 68!*, ao longo do qual dá a meia-volta e esboça uma visão mais conformista – liberal, dir-se-á – das coisas que prevaleceram depois.

De minha parte, eu ficarei com o primeiro livro e direi que a sua mensagem é mais real, revelando o espírito profundo dos acontecimentos que tiveram lugar naqueles tempos únicos em vários pontos do planeta, inclusive no Brasil. Em favor dessa interpretação, eu lembro as mensagens dos cartazes e dos grafites que fizeram época em Paris e se espalharam por toda parte, em Berlim, em Nova York e em São Paulo: *Il est interdit d'interdire* [É proibido proibir, que dará o título a uma das mais conhecidas músicas de Caetano Veloso], *Jouissez sans entraves* [Gozem sem entraves], *Soyez realistes, demandez l'impossible* [Sejam realistas, peçam o impossível].

Foi pensando nessas coisas, em busca de fundamentos mais sólidos para a interpretação do 68 francês, que tratei de ampliar a bibliografia que eu tinha trabalhado até então e me deparei com o já referido livro assinado por Claude Lefort, Cornelius Castoriadis e Edgar Morin para a edição brasileira, *Maio de 68 – A brecha*, datada de 2018, e como arremate às duas edições francesas anteriores: uma, saída em 1968, sob o calor dos acontecimentos, e outra mais refletida e distanciada, 20 anos depois, com data de 1988. Um livro que, com algum favor ou forçamento, poderíamos colocar do lado esquerdo do espectro político, se deixamos as inflexões tardias em direção ao centro da parte de Morin e Lefort, mas que no Brasil irá pender para o lado esquerdo, ao considerarmos as inclusões de Marilena Chauí e Olgária Matos, com seus dois estudos repercutindo o maio famoso e contextualizando o Brasil. Considerações políticas à parte, a minha ideia era contrastar num primeiro momento as posições de Morin, Lefort e Castoriadis frente às posições de Raymond Aron, que fica à direita do espectro e que também tem sua interpretação própria do ano famoso, com sua sagacidade reconhecida e suas reservas típicas de um conservador francês, desconfiado dos arroubos revolucionários e alinhado com as posições de Tocqueville, dizendo que tudo não passou de um sonho acordado. Porém, em razão das limitações do tempo, fui levado a desistir do propósito, de modo que vou ficar apenas com o livro de Morin e os dois consortes, livro que eu recomendo com entusiasmo, acrescentando que a edição está bem cuidada. Do conjunto do livro, eu recomendo em especial os ensaios de Morin, que no meu modo de ver é o melhor dos três, com a vantagem adicional de ser o mais completo, tendo o autor sobrevivido aos dois parceiros de diferentes épocas – Lefort e Castoriadis já faleceram; Morin continua vivo, beirando os cem anos – e quem voltou aos eventos de maio ao menos três vezes, se deixamos de lado os artigos de jornais e revistas. No caso do livro, duas vezes com os amigos, para as duas edições francesas, e uma terceira, agora, para a edição brasileira, com ele apenas assinando o Prefácio, e o qual vou reter na sequência,

ao percorrer sua meia dúzia de páginas, que pode parecer muito pouco, mas com um resultado a todos os títulos excepcional, conforme veremos.

Então, sumariando as análises argutas de Morin, ao tomar distância das interpretações políticas e econômicas de extração marxista, que eram predominantes no período, mas com inúmeras dissidências, ele dirá, ao concluir o primeiro parágrafo, que em seu denominador comum de revolta estudantil – e neste sentido própria da idade, popularmente conhecida como a idade da revolta, e, como tal, contra o *establishment*, compartilhada por outras insurgências dos estudantes em outros cantos do globo – trata-se antes de tudo de revoltas contra a autoridade em diferentes sistemas, e é aqui que alma ou o espírito deverá ser procurado ou procurada. Uma revolta, portanto, e não uma revolução, como muitos à época entenderam e vaticinaram, como os trotskistas e os maoístas, além dos situacionistas, que viram em maio e no *quake* uma revolução que se iniciara, ao compará-la com 1917 e 1789, e à diferença de Morin, Castoriadis e Lefort, que viram no *quake* e na fenda que o terremoto abriu nas instituições e na sociedade francesa apenas uma brecha. Uma brecha importante, com efeito, permitindo que a classe operária arrancasse o aumento de salário junto aos patrões, como de fato ocorreu, e em cujo espaço aberto uma nova forma de política e de vivência foi experienciada naqueles dias enlouquecidos. Algo novo e inusitado, portanto, dissociado de toda crise e numa época em que a classe operária estava acomodada, como eu já comentei e como mostra o filme *Morrer aos trinta anos*, acarretando a brecha aberta alguma coisa como um *turning point* numa velha Europa cansada e paralisada, ainda que tudo tivesse terminado como dantes, resultando no paradoxo resumido por Morin: “por um lado, tudo estava mudado e, por outro, nada havia mudado” – paradoxo que se desfaz e torna-se plenamente inteligível, ao ser uma coisa e outra interpretadas por ele em termos a todos os títulos convergentes com o meu modo de compreender o maio francês, depois da derrota política, quando tudo voltou ao que era, levando-o a dizer que “houve mudanças de costumes, embora nada mudasse na sociedade” (MORIN *et al*, *A brecha*, p. 12).

Esclarecidos esses pontos, ao percorrer por inteiro o embasamento sociológico do movimento de maio e seus expoentes, estudantes do ensino superior e numa menor proporção do liceu, que corresponde no sistema francês o nosso ensino médio, Morin dirá que estamos diante de um fenômeno juvenil em toda a sua extensão, e, como toda revolta juvenil, uma crise da idade. Ao mesmo tempo que ele verá, na cooptação e instrumentalização do movimento espontâneo e anárquico em curso, nada menos do que a sua perversão e a capturação do processo. Uma coisa e outra consumadas pela ação e cooptação dos sindicatos ligados à CGT e ao PCF, execrados pelos estudantes, assim

como pela UNEF, a Internacional Situacionista, e inúmeras outras entidades estudantis, controladas pelas organizações ultrarradicais de esquerda. Então, concluindo essa linha de raciocínio, depois de passados exatos cinquenta anos, Morin dirá que a grande revolta se explica, não em termos materiais, como no caso do Manifesto de Strasbourg e como gostariam os marxistas, mas como a expressão de uma crise espiritual profunda da juventude francesa e de outros pontos do globo (MORIN, *op. cit.*, p. 13). Com efeito, não uma crise como as outras, nem mesmo uma crise moral ao colapsar os valores, mas uma crise beirando a metafísica, ao se falar de demandas e aflições da alma, surgida de um mundo sem alma e sem qualquer nexos com a matéria e o mundo real, quando tudo funcionava e parecia estar bem, em plena sociedade de bem-estar. Porém, não menos real em seus efeitos, e com uma rara contundência, mesmo que em Nanterre não aparecesse um único mártir naqueles dias de grande ódio e críspação, levando Morin a constatar, na esteira do artigo publicado no *Le Monde*, em 1978, no décimo aniversário do movimento, o desmoramento do marxismo como esquema interpretativo: de fato, não antes ou em maio, nem nos meses subsequentes, mas anos depois, pois maio no início, na cabeça dos estudantes, foi interpretado com as armas e as bagagens do materialismo histórico; não anos depois, quando os esquemas marxistas esboroaram, evidenciados pelas atrocidades do maoísmo durante a revolução cultural, pelas revelações dos Gulags, pelos dissidentes russos, pelo imperialismo do Vietnã vencedor no sudeste asiático e o megagenocídio realizado por Pol Pot ao dizimar dois milhões de indivíduos no vizinho Camboja – tudo isso antes da queda do muro em 1989, acarretando o fim da União Soviética e os estertores derradeiros do socialismo real, em meio de uma crise de fadiga do produto e não tendo mais nada de atraente.

Morin tinha em mente esse estado de coisas nas duas vezes em que voltou a maio de 68, depois de ter escrito seus dois capítulos para o livro, salvo a queda do muro de Berlim, de 89, cuja consideração certamente não iria mudar os rumos de suas análises, que nunca se prenderam à ideia de revolução. Em contraste com os dois primeiros aniversários, de 10 e de 20 anos, em 2018, ao falar de 1968 nesta edição brasileira, passado tanto tempo, muita coisa muda, como as paixões e os sentimentos. Agora, algo esmaecidos e não tão vivazes assim, ele que tinha presenciado tudo em Nanterre e ao escrever à queima-roupa dos acontecimentos, de resto bem mais do que Marx n’*O 18 brumário*, morando em Londres na época, e à diferença dele, agora, no aniversário de cinquenta anos, ao evocar tempos distantes. Segundo ele, “o que permanece vivo, em primeiro lugar, são imagens muito fortes”, como a da Sorbonne ocupada, o povo se confraternizando nas ruas e a tetanização do Estado, que parecia em

seus últimos estertores, poderíamos dizer. Contudo, tudo isso passou, o Estado recobrou os passos e as coisas voltaram ao normal. E o que ficou, passado o turbilhão dos acontecimentos, foi algo como a alma ou o espírito de 68, poderíamos afirmar com Morin, ao precisar a crise espiritual profunda e as demandas da juventude que estão no limiar da revolta, quando tudo parecia bem, dizendo que se tratava de quatro aspirações, ao fim e ao cabo: aspiração por mais liberdade, aspiração por mais autonomia, aspiração por mais fraternidade, e aspiração por mais comunidade (*Ibid.*, p. 17).

Então, se consideramos que liberdade e autonomia são uma coisa só e que o espírito de comunidade é a negação do egoísmo do indivíduo, bem como da hierarquia e da autoridade, restando a comunhão e o convívio entre iguais, estamos bem diante da trinca da *liberté*, da *égalité* e da *fraternité* da revolução francesa, mas com a ênfase recaindo sobre a fraternidade e o comunitarismo. Da mesma forma, como viu Marx, ao se deparar com o seu refluxo e sua frustração, levando-o a dizer que o mundo real era menor do que a frase e a trinca famosa, poderemos dizer algo parecido com respeito ao 68 francês. Este, não muito diferente, depois de sua derrota política, quando tudo voltou à normalidade e/ou mediocridade de sempre, com as pessoas indiferentes e anestesiadas, umas prostradas diante do deus do mercado, outras entregues às delícias da sociedade de consumo: neste cenário, que é o nosso, tudo estava terminado, e nada estava terminado, como notou Morin. Estava terminado, porque 68 passou e o sonho da revolução política acabou. Não estava terminado, porque maio de 68 abriu a brecha de onde saíram outros movimentos que iriam ganhar impulso nas décadas seguintes e se estender a todo o globo. Assim, o feminismo e a questão do gênero, e eu não estou dizendo que o movimento feminista nasceu em 68 e em maio, pois todo mundo sabe que ele começou no século 19, com as sufragistas, tendo S. Mill escrito com sua esposa um livro sobre a *Sujeição das mulheres*, em 1869; o que estou dizendo com Morin é que 68 abriu a brecha e deu novo empuxo ao movimento, turbinando-o, não só na Califórnia e na Europa, mas por toda a parte, ao menos no Ocidente, e inclusive no Brasil. Assim, também, os direitos civis e a pauta das minorias, e noutra vertente o relaxamento da relação pais e filhos, bem como entre professores e alunos, para ficarmos com alguns desses movimentos e suas modificações, revelando a atualidade do ano que não acabou. E desde então, em umas e em outras situações, acabou prevalecendo sobre a política, tão cara aos marxistas, a importância libertária de 68 nos costumes, como notou Morin, e não só na França.

Esta é, pois, a minha visão do maio famoso e a tese que vou tratar de desenvolver na sequência, ao perguntar – na esteira de Morin – pela relação

entre maio e a filosofia e mais precisamente, sociologia à parte, pela maneira ou o modo como maio foi visto pelos filósofos e a filosofia.

Passando ao terceiro tópico, o penúltimo, e facilitado por Morin, vou então na sequência indagar pelas implicações filosóficas do ano de 1968, e no mesmo compasso perguntar o que a filosofia poderia dizer sobre 1968 e, em se tratando da França, acerca do maio famoso.

Digo então, sem mais delongas, que eu tratei nos últimos tempos de ampliar as minhas leituras em várias direções, e não só com respeito à França, quando me deparei por exemplo com John Searle, que dedicou um livro ao *Free Speech* norte-americano, intitulado *The Campus War*, já referido e publicado em 1971, e que em 2014 concedeu uma entrevista à CNN sobre o assunto, por ocasião da celebração dos 50 anos do Movimento. No tocante à França, fui atrás de outras referências filosóficas, e incorporei uma fala de Marcuse aos estudantes norte-americanos, de San Diego, ao que parece, depois de uma estada em Paris e em Berlim durante o maio mitológico. E tem mais, como a interpretação de Raymond Aron, mas vou parando por aqui.

O ponto que está em jogo, em falas como a de Marcuse, é que elas acrescentam muito pouco ao que já sabemos, ao reiterarem, p. ex., que o específico do 68 francês, à diferença do alemão, está em seu transbordamento da universidade rumo à sociedade. Para ficarmos com o que nos interessa agora, não exatamente as opiniões dos filósofos, mas os impactos de maio sobre a filosofia e as implicações filosóficas atinentes, caberá de saída ressaltar três coisas ou ordens de considerações.

Uma primeira nos traz de volta o Manifesto de Strasbourg, o qual na p. 9, depois de chamar George Lapassade de “con [idiota]” e desancar Châtelet, Althusser, Lefebvre, Garaudy, Sartre e outros mestres pensadores não-filósofos, como Lévi-Strauss, condenará todas as filosofias e correntes de pensamento a eles associadas, e a lista é grande: Humanismo, Existencialismo, Estruturalismo, Cientificismo, Novo Criticismo (eles estão pensando em Barthes), Dialético-Naturalismo, Ciberneticismo, Planetismo e Metafilosofismo (e aqui o alvo é certamente Lefebvre, que acabava de publicar seu livro sobre metafilosofia: 1965). Neste quadro enorme, só o marxismo é poupado, pois a lista vem de antes de 68, e o marxismo só sairá de cena depois de maio, como comenta Edgar Morin, nos anos 70, na esteira da denúncia dos Gulags, das desilusões com Cuba, dos estragos da revolução cultural na China e do genocídio comandado por Pol Pot no Camboja, com dois milhões de mortos, conforme já comentado.

Uma segunda ordem de considerações, num ambiente caótico e degradado, com os professores hostilizados e considerados ou agentes do *ancien régime* condenado ou nulidades e tradicionalistas ultrapassados, leva-nos diretamente

à relação do maio francês com os filósofos e antes de tudo com os filósofos parisienses, atuando na Sorbonne, em Nanterre e em outras localidades da Gália: temos então Lefebvre, que atuava em Nanterre, tinha saído de licença em maio e fora substituído por Morin; Althusser que foi atacado por todos os lados, com direito a *affiches* e tudo, na ENS e por toda a parte, como na Sorbonne ocupada, onde apareceu estampada na parede a frase, lembrada por Castoriadis, “Althusser pour rien”; e, pior ainda, Ricoeur, de quem se diz que foi humilhado pelos estudantes, que colocaram uma lixeira sobre a sua cabeça, como se tudo isso tivesse ocorrido em 68, mas que segundo ele, de fato foi em 1970, quando ele era decano da Faculdade de Letras, ou seja Diretor da Faculdade onde estava o Departamento de Filosofia, num momento em que o ambiente, conforme suas palavras, estava “podre” e nada mais podia ser feito, com todo mundo querendo destruir tudo e ele finalmente se demitiu (RICOEUR, P. *A crítica e a convicção*, p. 56-60).

Continuando, das figuras mais proeminentes da cena filosófica francesa, será preciso dizer alguma coisa sobre Sartre, Foucault e Deleuze. De Sartre, em primeiro lugar, que naquele tempo ainda era o maior nome do campo intelectual francês, verdadeiro intelectual público e ícone mundial, gostamos da ideia e desde sempre nos habituamos a ela, ao ver Sartre em meio às barricadas e falando ao megafone: ou seja, nada menos que um “soixante-huitard”, se a idade permitisse, ao lado de Cohn-Bendit, de quem De Gaulle, depois de ter sua prisão solicitada pelo chefe de Polícia, dirá que “não se prende Voltaire”. Porém, esta ideia de Sartre à vontade com os estudantes merece mais de um reparo ou retoque para pormos as coisas no claro e fazermos justiça ao papel e protagonismo de Sartre no maio famoso, como no episódio da Sorbonne ocupada: quando ele lá chega, num certo momento consegue ser escutado e pergunta, depois de se mostrar solidário com os estudantes “enragés”: « *Je suis avec vous, mais expliquez-moi ce que vous faites* », e eis que alguém no meio dos insurgentes lhe diz « Sartre, sois bref ». Penso que é o bastante, e ao dizer isso não quero diminuir Sartre, mas dar uma ideia do clima da situação e de um ambiente para lá de radicalizado, não sobrando pedra sobre pedra, em Nanterre, na Sorbonne ocupada e nas barricadas do Quartier Latin. Some-se a Sartre o nome de Foucault, que no mês famoso estava na Tunísia e assistiu a tudo de longe, o que não o impediu de sofrer o influxo das insurgências de maio, que condenaram as estruturas e os estruturalistas (“As estruturas não descem às ruas”, estampava um grafite cuja mensagem ganhou Paris e o mundo). Some-se, ainda, Gilles Deleuze, que nesta época atuava em Lyon, justamente no período de 64 a 69, e de quem os biógrafos dizem que esteve na linha de frente dos

acontecimentos na Universidade, como registrou François Dosse¹. E some-se enfim, terminando o périplo, a época em que Deleuze lecionou filosofia na célebre Universidade de Vincennes, que foi fundada conforme ao ideário de maio de 68, e tudo terminando com a sua transferência para Saint-Denis, localizada ao norte de Paris, quando tudo que restava de 68 foi embora.

Dando um passo a mais, quanto às interpretações de maio propostas pelos filósofos, não haveria muito o que dizer.

Ricoeur, p. ex., não fornece uma interpretação filosófica, mas demográfica, enxertada de elementos antropológicos e sociológicos, como veremos na sequência. Assim, em *A crítica e a convicção*, já referida e em que os especialistas veem a sua primeira autobiografia, ele dirá que o único elemento comum que ele enxerga nas revoltas estudantis ocorridas em Paris, em Tóquio, em Berlim e nos *campi* americanos “é o crescimento demográfico rápido, não dominado [controlado] por uma instituição que era elitista por origem, e que se viu muito depressa a ter de obedecer a um destino mais popular, sendo incapaz de reajustar a sua estrutura elitista à sua nova função de distribuição do saber” (RICOEUR, *op. cit.*, p. 57-58).

A esta situação da universidade para dentro, *interna corporis*, e a qual segundo ele ficará “podre” em 69 e 70, quando a própria ideia da universidade como centro de produção e difusão do saber será posta em xeque e se verá atacada por todos os lados, tornando sua permanência à frente da Faculdade de Letras impossível, a esta situação insustentável e difícil, repito, se soma ainda a insatisfação generalizada ligada a questões exteriores ao ensino. Insatisfação já apontada por outros analistas, como Morin e Marcuse, e que recebe uma formulação límpida em Ricoeur páginas antes, ao se referir à proibição de os rapazes poderem visitar as moças nas suas residências: “no fundo”, segundo o filósofo, “o detonador foi um pouco a ‘revolução sexual’” (*Ibid.*, p. 56). Este é o que estou chamado de elemento antropológico e que nos leva aos costumes e à cultura.

Já o elemento sociológico e que se adicionará à explosão demográfica da população dos *campi* universitários, e no caso específico do *campus* de Nanterre, é nada menos do que a extração de classe dos estudantes da universidade. Duas extrações, com efeito, de uma cidade universitária localizada a meio caminho da *banlieu* rica, nomeadamente Neuilly, e os bairros *chics* da cidade, como o XVI, ou abonados, como o XVII, num extremo da pirâmide social, e noutro

1 Segundo Dosse, “ele é um dos poucos professores universitários que declara, publicamente, seu apoio, participando das assembleias gerais e das passeatas dos estudantes de Lyon. Aliás, ele é o único professor do Departamento de Filosofia presente no movimento” (DOSSE, F., *Deleuze e Guattari*, p. 155).

extremo, na base mais baixa, composta pelos meios populares de Nanterre e dos arredores.

O paradoxo, segundo Ricoeur, é a inversão de papéis e de expectativas quando o terremoto de maio de 68 tem lugar e leva tudo de roldão, deixando tudo de ponta-cabeça. Neste cenário, vamos assistir, por um lado, ao protagonismo da elite rica, para a qual a universidade nada significava em termos de ascensão social e que no curso dos acontecimentos se verá mais e mais radicalizada, ao se alinhar aos grupos de extrema esquerda; por outro, num primeiro momento, muito embora oriunda dos meios populares e comunistas, haverá as reservas de uma parcela significativa de estudantes e seu alinhamento a posições mais conservadoras, ligados ao bom funcionamento da instituição e para os quais “a universidade era ainda um meio tradicional de ascensão, oferecendo o saber e a perspectiva de êxito social” (*Ibid.*, p. 57).

Segundo Ricoeur, quando ele se tornou o Diretor da Faculdade de Letras – *Doyen*, em francês –, em março de 1969, num momento em que Nanterre ainda estava em chamas e irá continuar por muito tempo, ele recebeu o apoio político-ideológico inicial dos comunistas antiesquerdistas e dos católicos de esquerda. Correlativamente, compondo o outro extremo do espectro político, os seus adversários foram os burgueses esquerdistas, mesmo ultraesquerdistas, e ainda, sem que ele tenha explicado direito, os burgueses tradicionalistas: estes, eu ousaria dizer, talvez porque não estivessem de acordo com as reformas que estavam sendo implantadas como a autogestão, por pressão do grupo situacionista de ultraesquerda.

O desenlace é conhecido e o paradeiro de Ricoeur: a ultraesquerda ganhou, o ambiente ficou “podre”, conforme sua expressão, ele se demitiu e foi para os Estados Unidos, onde foi ensinar na *Divinity School* na Universidade de Chicago e só voltando para a França dez anos depois. Porém, a situação era totalmente diferente, maio já estava em total refluxo e nada mais lembrava os tempos difíceis que ele enfrentou no epicentro do terremoto de maio, em Nanterre, com a Universidade francesa mais acomodada e uma demografia mais explodida ainda, só que ninguém mais importa, e a vida continua.

Assim, sumariando tudo, o filósofo Ricoeur não fornece para os acontecimentos de maio, nos quais ele esteve no epicentro, em Nanterre, uma interpretação filosófica, mas demográfica, sociológica e antropológica. Todavia, ao registrar essas negativas, eu não quero lamentar a lacuna ou a falha: se não é uma visão filosófica, ao menos é uma visão do filósofo, e ela nos ajudar a entender a situação da filosofia. E ao que parece, algo desaparelhada para enfrentar questões tão pungentes e num momento tão importante da história recente da França, devendo o filósofo buscar socorro alhures.

Por sua vez, Raymond Aron, meio anfíbio, transitando entre a política e a filosofia, *normalien* e colega de Sartre na ENS, com quem vivia às turras, dizia de maio, como lembra Ricouer, que de fato ele não ocorreu e dará para os acontecimentos de 68 uma interpretação psicológica: esta tem lugar, ou vem a lume, depois de Aron esvaziar a realidade subjacente e os acontecimentos que sobrevieram, dizendo que tudo não passava de um grande sonho acordado, tudo tendo retornado ao normal depois e todo mundo esperando que os males circundantes fossem remediados pela própria sociedade industrial.

Por isso, mais uma vez, passamos com Aron longe da filosofia, assim como passamos longe com Lefort e Castoriadis, que são filósofos e à sua maneira dão a maio uma interpretação política: como no caso de Castoriadis ao tensionar o imaginário social que nos leva a sonhar com um outro mundo ou um mundo melhor, e a tecnoburocracia de todos os quadrantes, ao leste e à oeste. Esta camada social poderosa termina por se impor e estragar tudo, levando o filósofo grego no curso de suas análises a contrapor ao princípio do prazer o princípio da realidade, poderíamos dizer, embora não tão clara a invectiva e haja mais de uma nuance. Só que ninguém suporta uma tal situação, de derrota pura e simples do sonho e da fantasia, como notou Marcuse, e ainda que sem ter o maio famoso à vista.

Este estado de coisas, com a filosofia confinada, vai mudar com a dupla Alain Renault & Luc-Ferry que, em *O pensamento de 68*, darão uma interpretação estritamente filosófica, ao ressaltar o anti-humanismo que tomou conta da agenda dos filósofos mais eminentes do período antes e pós-68 e cuja formulação aparece no subtítulo da edição francesa: *Essai sur l'anti-humanisme contemporain*. No mesmo compasso, porém numa outra direção, ao tomar outro caminho, Lipovetsky e o seu influente *A era do vazio*, datado de 1983 e cujo título diz tudo. Contudo, no meu modo de ver, embora instigante e revelando agudeza em suas análises, não é bem do lado do individualismo e do vazio nihilista resultantes, consumando um grande vazio e um enorme *let down*, ao menos em minha perspectiva, que iremos encontrar a verdade ou a chave do 68 francês.

A buscar a companhia de alguém, como já antecipado, eu iria ao encontro de Morin que fala da crise da idade e, mais ainda, da crise de espiritualidade que atingiu de cheio a juventude dos quatro cantos do globo, com sua demanda por autenticidade e sua ânsia por mais liberdade, mais autonomia, mais fraternidade e mais comunidade – tudo isso em reação a um mundo seco e egoísta, bem como a uma sociedade desigual e fraturada, como a francesa, e mais ainda a brasileira, eu acrescentaria.

Contudo, o grande terremoto de maio segundo Morin não levou exatamente a uma revolução, como todo mundo sonhava – e mais ainda do que a de 1789, ao colocar no centro da agenda a fraternidade, que nunca foi realizada em qualquer lugar, e nem mesmo em Paris, passada a efervescência do maio famoso –, mas abriu uma brecha nas sociedades contemporâneas, e a brecha não deve ser diminuída ou tida como de somenos importância.

Este é o último ponto de recuo em que nos deixa Morin, a brecha, sem perguntar pelo nexo causal entre a brecha e o acontecimento, nem pela sua rede de efeitos, como se não houvesse nexos entre causas e efeitos e o acontecimento surgisse *ex-nihilo* ou do nada. Só que não é bem assim e o próprio Morin já tinha publicado um artigo luminoso onde a própria natureza de maio como acontecimento encontraria seu fundamento ontológico, assim como os nexos causais e a rede de causas e efeitos, não necessárias e substanciais, mas randômicas e acidentais: estou me referindo ao artigo *Le retour de l'événement*, publicado por Morin em 1972 na revista *Communications*, no qual eu vejo não a chave hermenêutica para a interpretação de maio, mas seu fundamento ontológico ou metafísico, ao reunir o acontecimento e a história.

Contudo, Morin tinha tudo para fazê-lo, mas não o fez. O contraste e o lamento é que ele tinha as análises encaminhadas no artigo referido e nada mais fácil e natural, para quem já as tinha, do que estabelecer o liame entre acontecimento e história, e mais ainda do que com a geologia, a paleontologia e a cosmologia, como ele o fizera; porém, não com respeito a maio e à história. A pergunta que cabia fazer era o que abriu a brecha ou a fenda. A resposta: foi um evento, e justamente maio. Temos então dois eventos e, uma vez ligados os dois, um processo = devir e o devir = história.

Estava pensando nessas coisas por todo esse tempo que precedeu nosso evento quando travei contato em minhas pesquisas com um artigo minúsculo de duas páginas que saiu em 2007 na revista francesa *Chimères*, que ninguém conhece, e assinada pela mesma dupla de outras caminhadas, Deleuze e Guattari, e o título por eles escolhido não poderia ser mais provocativo: *Mai 68 n'a pas eu lieu*.

O título de fato é provocativo e nos leva às conhecidas denegações do maio famoso, como Raymond Aron, que fala do sonho acordado, como acabamos de ver – sou eu que estou dizendo isso e não a dupla, que não cita Aron –, posto que, a julgar pelo que eles escreveram no artigo, 68 foi bem real e sua realidade, da ordem do acontecimento, ou do *événement*, como se diz em francês.

Assim, escrevem Deleuze e Guattari, “Nos fenômenos históricos, como a Revolução de 1789, a Comuna [de Paris], a Revolução de 1917, há sempre uma parte do *acontecimento* irreduzível aos determinismos sociais, às séries

causais. Os historiadores não gostam deste aspecto: eles logo restauram as causalidades. Mas o acontecimento está desligado [en *decrochage*] ou em ruptura com as causalidades: é uma bifurcação, um desvio em relação às leis, um estado instável que abre um novo campo dos possíveis” (*Ibid.*, p. 23). Ora, é justamente isso que a brecha – no sentido de Lefort, Castoriadis e Morin – abre: um novo campo do possível, cuja formulação aparecerá nos muros e nos cartazes que constituíram a semiótica do maio francês, como naquele que dizia “Demandez l’impossible”, como que dizendo nas entrelinhas “se você quer o possível, peça o impossível”.

Segundo a dupla, tanto à esquerda quanto à direita, não faltarão aqueles que tratarão de conjurar o grande acontecimento que foi maio de 68 e vão dizer “maio passou” [“c’est dépassé”]. Contudo, bem pesadas as coisas, “apesar de o acontecimento ser antigo, ele não se deixa ultrapassar: ele é abertura do possível. Ele passa [transcorre] no interior dos indivíduos tanto quanto na espessura de uma sociedade”.

Desde então – acrescento eu – o acontecimento tem espessura e consistência ontológica, e sua espessura é da ordem do devir, que ao mesmo tempo passa e não passa, porque tudo flui e continua, poder-se-ia dizer, e não é outra a natureza do devir e dos processos históricos, como no caso do maio famoso. Segundo Deleuze e Guattari, “Maio de 68 é antes da ordem de um acontecimento puro, livre de toda causalidade normal ou normativa”. Trata-se de um começo absoluto, sem um antes e com muitos depois, uma vez aberta a série histórica, como aconteceu em Paris no ano fatídico, com suas instabilidades, denegações, ilusões e vertigens, mas segundo a dupla “não é isso que conta”. O que conta é que ele foi um fenômeno de “vidência” [*voyance*], como se a sociedade de repente visse tudo o que ela tinha de intolerável e visse também a possibilidade de uma outra coisa. É um fenômeno coletivo com a forma: “Dê-me o possível, senão eu me sufoco”.

Que dizer então do possível, como ele surge e em que ele consiste, ou antes consistiu nos corações e nas mentes da massa de estudantes anônimos que são o sujeito coletivo do 68 francês?

Segundo a dupla, o possível simplesmente não preexiste, ele é da ordem do acontecimento e, como tal, criado pelo acontecimento. Foi o que ocorreu com o 68 francês. Simplesmente, o possível que a brecha abriu, para ficarmos com a companhia de Morin mais as de Deleuze e Guattari, “o possível criou uma nova existência” e, no mesmo passo, uma nova experiência da “subjetividade”, abarcando segundo eles “novas relações com o corpo, o tempo da sexualidade, o meio, a cultura, o trabalho” (*Ibid.*, p. 23).

Ora, como em todos os grandes *événements*, a exemplo da Revolução Francesa, da Revolução Americana, da Revolução Gloriosa e da Revolução de Outubro, o acontecimento vai junto com a interpretação, podendo haver mais de uma, e, mesmo, interpretações discrepantes, com as dificuldades que a diversidade carrega. Portanto, em matéria de interpretação e do sentido dos acontecimentos, nada está decidido de antemão e a fixação vai depender das narrativas, não faltando aquelas que nos embates travados irão dizer que não houve acontecimento algum, como se fosse uma fantasia de lunáticos. Ou então, depois da surpresa e do susto, como sucedeu com o 68 francês, nas narrativas oficiais ou nas interpretações conservadoras talhadas ao agrado do *establishment*, não faltaram aquelas que não cansaram de repetir o bordão de que as coisas “se arranjariam” [se tasseraint] e no fim tudo voltaria a ser como antes. Ledo engano. Pode até ser que, passado o turbilhão que deixou a França de joelhos, com tudo parado, houvesse a marcha a ré, com De Gaulle de volta ao poder e as coisas novamente em seu lugar: os franceses saindo em massa nas férias de verão, Pompidou ganhando as eleições no ano seguinte, e o gaullismo garantindo a continuidade, ainda que sem De Gaulle e o General aposentado em casa. Tudo isso é verdade, mas, ainda que verdadeiro, passa ao largo do essencial e da verdadeira natureza do acontecimento. Como Morin já tinha lembrado antes e como lembrarão agora Deleuze e Guattari, o essencial do maio francês é que ele não guardou nenhum nexos causal com a crise, nem foi a sua solução: simplesmente, “Maio de 68 não foi a consequência de uma crise nem a reação a uma crise. É, antes, o inverso. É a crise atual, são os impasses da crise atual na França [de hoje, 2007] que decorrem diretamente da incapacidade da sociedade francesa de assimilar Maio de 68” (*Ibid.*, p. 23).

Neste cenário pós-maio, o que se assistiu então, depois de acomodadas as placas tectônicas do grande terremoto, com a grande brecha que ele deixou para trás, foi a tentativa de denegar tudo, com todo mundo, à direita e à esquerda, se empenhando em fechar a brecha, esmagar a nova subjetividade coletiva que se anunciava e trancar o possível e sua abertura para o novo ou a novidade nas estruturas do *déjà-vu* e do velho. E foi desde então o que se passou com a nova juventude que sucedeu à de 68: a denegação pura e simples dos *Soixante-huitards*, anunciando os *Yuppies* dos anos 80, com seu narcisismo, seu individualismo e sua total indiferença frente ao entorno, e no entanto “*très au courant*” [muito consciente], como dizem Deleuze e Guattari, e agindo estrategicamente em busca de vantagens competitivas, eu acrescentaria.

Dir-se-á que tudo isso constitui o escopo e o campo do acontecimento, como mostra maio de 68, com o acontecimento indo junto com a interpretação e o embate pela narrativa, ao se perguntar pelo sentido de tudo, nada

estando decidido de antemão e tudo em seu livre curso sujeito a mutações e reacomodações. Ora, como acabamos de ver, com maio não foi diferente e ao tratarem Deleuze e Guattari desse ponto parece que, além de Prigogine, que é citado, ao precisar a natureza dinâmica do *événement*, há um interlocutor oculto ao se passar ao exame de seu recalque e sua denegação. A minha suspeita é que o interlocutor oculto em apreço é nada menos que Lipovetsky, que em seu influente *A era do vazio* não esconderá suas desconfianças de fundo frente ao 68 francês, colocando em xeque o uso do termo revolução, como se maio não tivesse existido: segundo ele, uma “revolução sem finalidade, sem programa, sem vítimas nem traidores, sem enquadramento político, Maio de 68, a despeito de sua utopia vivaz, permanece um movimento laxista e descontraído, a primeira revolução indiferente” (*Apud* Lefort, *Releitura* (1988), in: MORIN *et al.*, *op. cit.*, p. 252). Em suma, uma revolução sem acontecimentos e sem agentes, uma antirrevolução ao fim e ao cabo, ao se comparar com as outras, efetivas e capazes de deixar o mundo de ponta-cabeça, não maio na França e os movimentos estudantis assemelhados nos quatro cantos do globo.

Já questionada por Lefort e por Castoriadis, que veem no maio de Lipovetsky alguma coisa a meio caminho entre a preparação e o retardamento do individualismo nihilista que triunfará depois, e em que eles enxergam um tremendo equívoco, não o maio real, mas o anti-maio, Deleuze e Guattari, por seu turno, sem citar Lipovetsky, Lefort e Castoriadis, em sua leitura *événementielle* de maio tomarão um outro caminho e contra o vazio nihilista de Lipovetsky usarão como chave interpretativa o *événement* e seu *tournant* [virada, ruptura], ao instaurar um novo horizonte do possível e alargar a esfera da subjetividade. Ou, conforme suas palavras: “Prigogine falou destes estados [estados instáveis que abrem um novo campo de possíveis] ou, mesmo em física, das pequenas diferenças [que] se propagam em vez de se anularem, e onde fenômenos absolutamente independentes se coordenam e se fundem [entrent en résonance, en conjonction]. Neste sentido (e aí chegamos ao ponto para o qual estou chamando a atenção ao falar de maio de 68 – ID), um acontecimento pode ser contrariado, reprimido, recuperado, traído, ele comporta sempre alguma coisa de inultrapassável. São os renegados que dizem: ele passou. Mas o acontecimento ele mesmo, apesar de ser antigo, não se deixa ultrapassar: ele é abertura do possível” (Deleuze & Guattari, *op. cit.*, p. 23).

Ora, é de tal abertura que se trata, e este é o ponto essencial, ponto este e abertura esta que são denegados pelos renegados de Maio e que nos levam de volta à brecha de que nos falam Lefort, Castoriadis e Morin. Ou seja: aberta justamente pelo *quake* que abalou Paris e o *establishment* francês naquele ano único e singular, como aliás todo acontecimento, que se esvai e decai

nos recessos do dever, se não tem uma instituição ou uma estrutura onde se assentar e se inscrever, proporcionando-lhe a requerida estabilidade. Foi o que aconteceu com a Revolução de 1789, não de saída, mas passados cem nos, na 3ª República, depois de esmagada a Comuna, e à diferença de Maio de 1968, mas não vem ao caso.

Penso que o embasamento ontológico fornecido por Deleuze e Guattari é acertado e eu sigo junto com eles até este ponto, sem a necessidade de comprar todo o pacote de sua metafísica e da filosofia da diferença. Quanto ao mais, será preciso todo o elenco de presenças, ausências e avatares para que o campo do acontecimento fique completo e se abra à história: história que ao mesmo tempo é memória, e não vai sem ela, sendo-lhe correlata ou consubstancial, e também esquecimento, estando sempre na espreita o recalque, a denegação e o *oubli*. Uns e outros, como nos grandes traumas quando queremos esquecê-los e não conseguimos, ou quando queremos rememorá-los e trazê-los à memória, e também não conseguimos e nos escapa, nada mais restando que uma imagem pálida, um simples traço raso e um reflexo do reflexo.

Terminando o terceiro tópico, além de Deleuze e Guattari neste opúsculo instigante que eu citei largamente, mas incompleto e devendo ainda ser desenvolvido, considero que os questionamentos filosóficos mais incisivos serão encontrados em Edgar Morin, como já antecipado, e em John Searle, citado de passagem, às voltas com *Free Speech Movement*. Duas são as perguntas, as quais vou formular com uma certa liberdade, em vista das necessidades das análises desenvolvidas até agora: [i] Edgar Morin: Por que maio aconteceu em Paris naquele momento e naquelas circunstâncias, com tanta radicalidade e a disposição de deixar tudo de ponta-cabeça, justamente nos “Trinta anos gloriosos”, com a França mais rica e a classe operária acomodada e cooptada pelas delícias da sociedade de consumo? E a resposta de Morin: se não há uma base material para explicar maio e o grande *tremblement*, a explicação só pode ser moral ou antes espiritual, algo como o vazio nihilista; [ii] John Searle: Por que os embates e os propósitos da esquerda radical, como a ideia de revolução e recomeçar tudo do zero, atraem tanto? Por que têm mais *glamour* e atraem multidões atrás de uma quimera, coisa que os moderados e liberais de diferentes observâncias não conseguem fazer, não passando de conveniências e propósitos de uma pequena elite? E a resposta de Searle: por causa de seu componente religioso e da necessidade pungente de regeneração de uma sociedade invadida pelo pecado e decaída, exigindo sua purificação e recomeçar do zero. Duas explicações diferentes, mas complementares, colocando na raiz dos acontecimentos de Paris e de Berkeley o vazio nihilista e a corrupção das coisas, junto com a necessidade de vencê-los e conjurá-los. Uns mais, outros

menos, mas lá e cá com o potencial e o risco de deixar a política de mãos dadas com a religião, que é a mais poderosa das crenças e das ideologias, e é aqui que ronda os perigos dos estados teocráticos e dos diferentes fundamentalismos.

Sem poder desenvolver esse ponto, penso que tudo isso está em jogo no maio de 68 francês, ao aflorar a sua dupla natureza de acontecimento e de narrativa, ao perguntarmos por seu sentido profundo: como todo acontecimento, tudo passa e o que fica é o sentido, ao voltar como consciência e memória, e o sentido, por sua vez, ele mesmo sofrendo a corrosão do tempo, só se fixa e se transmite adiante à custa de sua permanente ressignificação. Este foi o caso de maio 68, e do meu maio, aqui no *là-bas*: nascido como revolução total para os seus epígonos, na crista dos acontecimentos, ao propugnarem uma revolução política meio anarquista e meio marxista, com os situacionistas na linha de frente, maio chegou até nós como revolução e liberação dos costumes, e não foram Paris e Nanterre que venceram, mas a Califórnia e Berkeley, mas aqui não é mais o fantasma do fundamentalismo que assombra, mas outra coisa, e não menos perigosa, podendo ser o nihilismo e o relativismo. Entrementes, há sonhos e as utopias, que vão e voltam.

Esta é a minha tese e este é o meu maio, ao me colocar na companhia de Morin e de outros tantos. Esta é, aliás, a opinião de Cohn-Bendit, tanto na época dos acontecimentos e em seu primeiro livro, quanto anos mais tarde, no segundo, ao voltar ao ponto mais uma vez.

Ao dizer essas coisas, passo para o último tópico das minhas considerações, indagando como 68 me interpela pessoalmente e em que o maio francês me pega ainda hoje como brasileiro, como indivíduo e como filósofo. Como amigos e colegas sabem, este assunto sempre aparece em minhas conversas e eu mesmo já tive a ocasião de comentá-lo em aulas, assim como em entrevistas, e recentemente numa matéria celebrativa publicada a convite, num jornal de Pedro Leopoldo – uma outra efeméride, daí o interesse insistente do editor, e mais uma vez relacionada com o ano de 68, mas em Pedro Leopoldo, cidade onde eu nasci e fui ligado a um grupo de esquerda católica nomeado JUPEL, que em fevereiro último comemorou 50 anos, embora o grupo tivesse sido criado um ou dois anos antes – e na qual matéria eu começo justamente dizendo que “eu tenho a alma de 68”, ao reconhecer que ela foi gestada em Pedro Leopoldo e moldada em minha juventude pela JUPEL naqueles anos inesquecíveis.

Hoje, ao voltar ao ponto, eu acrescentaria que eu tenho a alma 68, ela foi gestada em Pedro Leopoldo, moldada inicialmente na minha juventude naqueles anos e cujo remate ou acabamento só foi concluído quando eu me mudei para Belo Horizonte, no início dos anos 70. Ou seja, nos idos tempos em que eu era estudante de filosofia na velha FAFICH, na Rua Carangola, 288,

no 8º andar, assim como no “murinho” perto do pátio, e que está lá até hoje, mas sem a alma ou o espírito que animava tudo o que se passava no meio e em torno de nós, naquele endereço mitológico. Naqueles tempos, num ambiente de grande radicalização – eram os anos de chumbo, pós-AI-5, todo mundo tinha medo, mas resistia ao estado de coisas reinante, com muitos colegas presos e as ameaças do Decreto 477 –, tínhamos duas alternativas: Califórnia ou Paris. Ou seja, ou seguir o caminho da esquerda radical, ultrapolitizada e herdeira do maio francês, ou seguir o caminho da *New left*, da Califórnia, não menos politizada, mas aberta à revolução dos costumes e disposta a levar adiante, em Belo Horizonte e na FAFICH, as rotas da contracultura – rotas que, sem que soubéssemos, tinham sido detratadas pelo Manifesto de Strasbourg, como coisas da chamada direita revolucionária e, por isso, por sua natureza festiva, despertavam a desconfiança dos trotskistas e maoístas de diferentes observâncias, como no meu caso.

Passados cinquenta anos, como Morin, eu digo que a Califórnia e a contracultura venceram, não só em São Francisco e em Berkeley, mas nos quatro cantos do globo, em Tóquio, em Berlim, em São Paulo e no Rio, e também em Paris, conforme reconhecerá Cohn-Bendit, como lembrado, e junto com a Califórnia a realização da utopia libertária; porém, dos costumes, e ainda assim não total e completamente.

Então, rigorosamente, como eu reconheci na matéria comentada, Pedro Leopoldo era Paris, a Califórnia estava aqui, no meio de nós, e nós estávamos por toda parte no centro dos acontecimentos e ligados com tudo e com todos, como se estivéssemos numa aldeia global, como imaginávamos na época, ouvindo os Beatles e os Rolling Stones, assim como Caminhando e Morte e Vida Severina. Digo então, mais uma vez, por tudo isso, que eu tenho a alma de 68 e que ela foi gestada em Pedro Leopoldo naqueles tempos idos e, no entanto, continuou a me acompanhar pela vida afora. Naquela época, já anos 70, eu mesmo mais distanciado da esquerda católica, dos documentos de base da AP e de Paulo Freire, e às voltas com os meus 3 Ms, como vim a descobrir mais tarde: Marx, Mao e Marcuse, este meio de lado e um pouco depois, abrindo-se a outras referências e a novas experiências, dilatando o campo do possível e a uma nova relação com a subjetividade, como dirá Deleuze.

Digo então que, passados cinquenta anos, é este o estado de alma em que me encontro até hoje.

Digo também, ao concluir, que neste sentido 68 não acabou e sua pauta ou agenda ainda continua até hoje. O grande legado de 68, como eu disse, foi a mudança dos costumes no sentido amplo, associada à difusão da pílula anticoncepcional e ao fim da sociedade patriarcal, ao menos no Ocidente,

quebrando as hierarquias tradicionais, abrindo espaço para as novas gerações e proporcionando grande protagonismo às mulheres. Como eu disse no início, é justamente em torno desse legado que há uma disputa acirrada no Brasil nos dias de hoje, polarizando a esquerda e a direita, e donde a atualidade do ano de 68 e do maio francês.

Era isso que tínhamos em mente ao realizarmos esses dois eventos, em torno das duas efemérides: uma, consagrada à memória do Departamento e dos 25 anos do Doutorado; outra, à memória do mundo e do ano de 68 – e, como vimos ao longo dos dois eventos, as duas memórias cruzaram e tornaram-se uma só na história de nosso Departamento e do Doutorado.

Referências

- COHN-BENDIT, D. “Nós que amávamos tanto a revolução”. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- _____. “Forget 68 (Entretiens)”. La Tour d’Aigues: Editions d’Aube, 2008.
- DOSSE, F. “Deleuze e Guattari: Biografias cruzadas”. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DELEUZE, G & GUATTARI, F. “Mai 68 n’a pas eu lieu”. In: “Chimères”, 2007.
- FERRY, L. & RENAULT, A. “La pensée 68: Essai sur l’antihumanisme contemporain”. Paris: Folio, 1988.
- LIPOVETSKY, G. “L’ère du vide: Essai sur l’individualisme contemporain”. Paris: Gallimard, 1983.
- MARCUSE, H. “A grande recusa hoje”. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MORIN, E. *et al.* “1968 – A brecha”. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- RICOEUR, P. “A crítica e a convicção”. Lisboa: Edições 70, 2009.
- SEARLE, J. “The Campus War: A Sympathetic Look at the University in Agony (Political commentary)”. Cleveland: World Publishing Company, 1971.
- VENTURA, Z. “1968: O ano que não terminou”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- _____. “1968: O que fizemos de nós”. São Paulo: Editora Planeta, 2009.

